

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES
GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da 14ª Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia – COMMARESV, realizada no dia 03 de julho de 2024.

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, foi realizada a Audiência Pública da **14ª Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia - COMMARESV** da Câmara Municipal de Manaus, sob a presidência do **vereador Kennedy Marques (MDB)**. No início da sessão, o vereador-presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e falou da importância da audiência para trabalhar com a conscientização acerca do tema, no intuito de cuidar do meio ambiente e de uso dos recicláveis. Ele destacou que o assunto da sessão era a reciclagem nas periferias de Manaus, em atendimento a requerimento de sua autoria. Nesse momento, o vereador Kennedy Marques citou os presentes ao debate: senhora Emile Gomes, do Instituto Rebbú; Wanda Witoto, do Instituto Witoto; Bia Kokama, da Associação Beneficente Intercultural Kokamas da Amazônia; Wilma Rodrigues, do Caminhos da Floresta; Mel Angeolis, Minha Manaus; Jossimar Farias, da AMA; Augusto Leite, Fátima Barbosa Duarte, Filomena Campos Barbosa, do Instituto Sumaúma; Silas Ezequiel de Oliveira e Helena Dantas, Manaus Lixo Zero. Após esses registros, o presidente da Comissão franqueou a palavra para as manifestações. Primeiramente pronunciou-se a senhora Emile Gomes, do Instituto Rebbú. A convidada informou que representava uma instituição apartidária que trabalhava com empreendedorismo, educação e sustentabilidade. Ela destacou a campanha encampada por cerca de 10 organizações chamada "PEV na Comunidade" e falou que havia uma taxa de 2,1% de reciclagem em Manaus, o que era considerada baixa comparado ao restante do país. A referida senhora destacou que reciclagem dizia respeito à qualidade de vida e do ambiente, gerando renda e emprego, além de lidar com as mudanças climáticas no mundo inteiro. Nesse sentido, a reciclagem seria uma forma de lidar com esses processos. A oradora explicou que os PEVs eram áreas instaladas em locais escolhidos para receber os resíduos e as ações de coletas eram fundamentais para separação entre resíduos e reciclagem. Segundo ela, Manaus tinha uma política de PEVs, mas era ineficaz. Ela informou que havia quarenta e oito PEVs instalados na cidade, sendo que mais da metade estava instalado em supermercados, e ilustrou a situação de uma mulher que trabalhava na periferia, recebia seu salário, tomava dois ônibus para chegar a um supermercado e levar o seu lixo, com o agravante de que ela nem sabia o que era um PEV. Sendo assim, na sua percepção, era uma política para quem tinha veículo próprio, sem atingir as pessoas de maneira geral, em especial quem residia na periferia, onde morava grande parte da população manauara. Adicionalmente, a convidada destacou que o objetivo do Instituto e de outras organizações era mobilizar candidaturas para inclusão da reciclagem em programas de governo em conjunto com ações de educação ambiental. Por fim, comentou que os dados apresentados correspondiam a rostos e



Ata da Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia – COMMARESV, realizada no dia 03 de julho de 2024.

suas realidades e seria necessário acreditar que as mudanças nasciam nas comunidades, o que, aliás, era o lema do Rebbú. O vereador Kennedy Marques destacou que havia razão na fala da convidada sobre o uso dos PEVs e da proximidade dos pontos de coleta das residências. Na sequência participou do debate a senhora Wanda Witoto que se identificou como uma mulher indígena do povo witoto, representante do Instituto com o mesmo nome. Destacou que fazia parte da comunidade Parque das Tribos que era a primeira comunidade dessa natureza reconhecida pelo poder público, recebendo água encanada, energia e oferta de educação escolar a partir de 2021, além de atendimento em saúde mais recentemente. Ela comentou que nas proximidades da comunidade havia o rio Tarumã-Açu que recebia uma quantidade expressiva de lixo, inclusive garrafas pets que eram recolhidas pelos comunitários e que se houvesse uma extensão da coleta seria possível retirar toneladas de garrafas, além de geladeiras e outros objetos. Ainda na sua fala, a senhora Wanda Witoto mencionou que era possível produzir renda com a reciclagem desse material e que não havia coleta de lixo naquela localidade, pois o asfaltamento era inexistente, situação que era amenizada com lixeiras adaptadas pela comunidade. Nesse cenário, a ideia era a ampliação dos pontos de entrega na zona chamada por ela de “sacrifício” que não era atendida pela coleta de resíduos, o que ocorria com frequência nas regiões centrais da cidade. Complementarmente, a debatedora destacou o despejo irregular de sacos de lixo nos igarapés e a necessidade de atendimento às áreas periféricas que estavam tentando ampliar políticas públicas para essas populações. Logo após, manifestou-se a senhora Bia Kokama que falou das dificuldades de sua comunidade para despejo adequado do lixo, do uso reciclável de garrafas pets, da coleta irregular do lixo, da importância de igualdade no tratamento das áreas mais distantes e, ainda, que vivia da natureza junto com seu povo. A mencionada senhora comentou também sobre o desinteresse do poder público com a presença de um único vereador para a escuta das demandas das comunidades. Na continuação das falas, contribuiu com o debate a senhora Wilma Rodrigues, assistente social do Centro Social Caminhos da Floresta. Segundo ela, a proposta de uso sustentável do meio ambiente era uma prática do lugar, inclusive com produção de materiais por artesãs e costureiras. A convidada falou da história do bairro de Petrópolis, do passado de utilização de igarapé e de situações de ocupação de espaços irregulares que podiam causar inclusive mortes. Além disso, a senhora Wilma falou da importância de realizar um trabalho de “formiguinha”, de educação ambiental com as crianças e de ações individuais para preservação dos espaços comuns, sem os quais se vislumbravam as mudanças climáticas que atingiam negativamente a todos. No final de sua participação, a referida participante falou que na periferia havia sim pessoas preocupadas com o meio ambiente, havendo uma força coletiva para mudança do cenário preocupante apresentado. Comentando as falas, o vereador Kennedy Marques falou do trabalho intensivo de conscientização que seria fundamental para a mudança de postura das pessoas e tratou das questões relacionadas ao uso de sacolas, inclusive no que dizia respeito à necessidade de investimento em tecnologia. Em seguida, passou a palavra para a senhora Mel Angeolis do “Minha Manaus” que falou, inicialmente, sobre os PEVs nas comunidades, destacando que só seriam possíveis com paralelo trabalho de educação ambiental.

Ata da Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia – COMMARESV, realizada no dia 03 de julho de 2024.

Além disso, ponderou que havia custos na instalação desses espaços, mas os gastos seriam ainda maiores para a retirada de lixo de igarapés e outros lugares. Nesse sentido, comentou que as periferias deveriam ser tratadas como prioridades, inclusive ajudando no entendimento de que os resíduos deviam ser tratados como fontes de renda. Por fim, a convidada lamentou a ausência de outras pessoas e autoridades na reunião, pois todos que ali estavam se conheciam e era menor a possibilidade de ampliar o debate. Comentando a fala, o vereador Kennedy Marques falou da sua atuação contínua na defesa do meio ambiente e da causa animal. Ele ressaltou que seu comentário sobre investimentos não era somente em relação aos PEVs, mas acerca de uma engrenagem maior e mais complexa. Na sequência, pronunciou-se o senhor Jossimar Farias, da AMA. Dentre suas contribuições para o debate, estiveram a reflexão sobre a saúde. Nesse particular, falou do aumento expressivo de casos de malária e da precariedade dos serviços públicos. Além disso, comentou as alterações climáticas significativas, sugerindo o reforço de convite às autoridades públicas e aos vereadores para participação em audiências como aquela. No final de sua participação, o senhor Jossimar Farias comentou sobre a não aprovação de maior recurso para a SEMMAS e acerca da necessidade de regeneração do meio ambiente para evitar episódios como o ocorrido no Rio Grande do Sul. Com a palavra, o vereador Kennedy Marques registrou que todos os órgãos citados foram convidados para a sessão, assim como os vereadores. Ele reiterou seu compromisso com o meio ambiente e a causa animal, destacando que a eleição era a oportunidade para a avaliação dos parlamentares. Na continuação dos trabalhos, houve a participação do senhor Augusto Leite, do Instituto Sumaúma. O referido convidado falou que a audiência tratava de uma temática com a qual trabalhavam há muito tempo, incluindo a questão dos PEVs e educação ambiental, o que não teria ocorrido no bairro Cidade Nova que recebeu uma unidade, mas sem continuidade. O senhor Augusto falou do trabalho realizado para preservação dos espaços ambientais na zona Norte, incluindo o Parque Sumaúma que dava origem ao nome da instituição que representava. Ele falou dos gastos públicos equivocados e do trabalho que realizavam para educação ambiental nas escolas. Complementarmente, destacou que ouvia falar em conscientização para o futuro, mas era preciso investir em educação e sensibilização junto às pessoas para mudança de comportamentos acerca do meio ambiente. Finalizando sua fala, ratificou que era preciso resistir e insistir na orientação do povo para a preservação. Logo após, manifestou-se a senhora Fátima Barbosa, também do Instituto Sumaúma, cuja fala, metaforicamente, destacou que os que estavam na reunião eram mais que formigas, atuavam como tucandeiras e que havia sim um aumento da atuação das instituições, incluindo o surgimento da AMA. A convidada voltou a falar do tema da educação ambiental no contexto escolar, com a transversalidade, do cuidado com as áreas de proteção e dos custos decorrentes da não sensibilização. Afora essas situações, comentou sobre a lixeira pública saturada e da possibilidade de remanejamento de recursos da área de comunicação, por exemplo, para a área de meio ambiente. Por fim, pediu atenção ao trabalho com a população de rua. Na sequência, discursou a senhora Filomena Campos que falou do seu orgulho em ser agente comunitária ambiental, da quantidade de lixo no Distrito Industrial de Manaus e das implicações para o turismo, das queimadas e da seca sem

Ata da Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia – COMMARESV, realizada no dia 03 de julho de 2024.

a preocupação devida do poder público, além da alta destruição decorrente da ação humana. No final de sua participação, a convidada ponderou acerca do descuido com os igarapés e áreas verdes, citando o que ocorreu na área chamada Cruzeiro, na Cidade Nova. Comentando essas falas, o presidente da COMMARESV reconheceu a indignação dos oradores e falou das dificuldades relacionadas aos processos de invasões que atuavam para desmatamento de áreas verdes, as quais teriam, inclusive, financiamento do crime organizado. Em seguida, contribuiu com o debate o senhor Silas Ezequiel, da Manaus Lixo Zero. Ele comentou sobre sua relação com a Câmara Municipal de Manaus e de sua atuação como advogado na área de Direitos Humanos e Proteção Ambiental, destacando que a COMMARESV seria a comissão mais importante do Poder Legislativo diante da maior emergência climática vivenciada no mundo com cheias, secas e queimadas em diversas regiões. O orador tratou do conceito de racismo ambiental, no sentido de destacar quem eram aqueles mais atingidos pelos desastres ambientais. Para ele, as consequências desses eventos eram maiores para as pessoas mais pobres, periféricas e negras, além dos refugiados climáticos. O senhor Silas Ezequiel comentou, ainda, a necessidade de ampliação da perspectiva da crise climática para se discutir inclusão social e falou sobre a Estratégia Nacional de Economia Circular que criaria fomento a políticas de economia ambiental do ponto de vista da cultura, economia e pesquisa, havendo a possibilidade de financiamento para os PEVs. Adicionalmente, o convidado ponderou sobre produção econômica, com geração de emprego e renda para as comunidades, a partir da preservação do meio ambiente. Em tempo, o senhor Silas Ezequiel propôs que houvesse uma repercussão da audiência nas diversas mídias e redes sociais para que a sociedade pudesse conhecer as ações realizadas, além da elaboração de um programa estrutural para implantação de PEVs nas comunidades e ações para educação ambiental, a partir de uma cosmovisão. Continuando a participação dos convidados, pronunciou-se a senhora Helena Dantas, cuja fala também concentrou-se no aspecto da educação ambiental e das possibilidades econômicas do trabalho com os resíduos sólidos que eram um problema não somente para Manaus, mas para o país inteiro. Em nova intervenção, o vereador Kennedy Marques falou do seu projeto “Moeda Verde” para incentivo às ações de preservação do meio ambiente. Nas manifestações finais, representando as diversas instituições, a senhora Emile Gomes, do Instituto Rebbú, destacou, dentre outras questões: 1) necessidade de educação ambiental não somente nas escolas, mas também nas comunidades; 2) mudanças de comportamento social urgente; 3) divulgação maior da audiência e espaço para a audiência pública, inclusive com comunitários que atuavam na área de meio ambiente. Em resposta, o vereador Kennedy Marques ressaltou que, embora não tivesse ocorrido no plenário, a audiência significava seu compromisso com aqueles que atuavam na área. Antes da apresentação do projeto de sua autoria, abriu espaço para divulgação do Minicurso “Como elaborar projetos sociais”, promovido pelo Instituto Sumaúma, com vistas à preparação de material para obtenção de recursos para projetos. Na sequência, o vereador-presidente da Comissão, com a participação da sua assessora Suelen Marques, apresentou o projeto de sua autoria, elaborado desde 2021, relativo ao recolhimento de resíduos nos igarapés de Manaus e do aterro sanitário. A referida assessora destacou informações sobre a propositura,

Ata da Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia – COMMARESV, realizada no dia 03 de julho de 2024.

apresentando, dentre outras informações, o processo de coleta e reciclagem de resíduos, as etapas de implementação do projeto, bem como as possibilidades de incentivos fiscais para ações realizadas por cidadãos, além dos aspectos financeiros e econômicos que envolviam a matéria, com a estimativa de recursos da ordem de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) por família envolvidas. Feitos esses registros, e nada mais havendo a tratar, o vereador Kennedy Marques agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública às dezessete horas. E, para que conste, eu, Antônio José da Silva (Antônio José da Silva, revisor da Câmara Municipal de Manaus), lavrei a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, foi assinada pelo presidente da COMMARESV.


Ver. Kennedy Marques (MDB)
Presidente da COMMARESV